

QUANDO A MULHER GUINEENSE VAI À GUERRA: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM *MEMÓRIAS SOMânticas*, DE ABDULAI SILA

WHEN A GUINEAN WOMAN GOES TO WAR: REPRESENTATIONS OF THE FEMININE IN *MEMÓRIAS SOMânticas*, BY ABDULAI SILA

Michael de Assis Lourdes Weirich¹

RESUMO

Tendo em vista que as questões históricas, políticas e sociais têm ocupado as páginas da produção literária guineense contemporânea, neste artigo, direcionamos a nossa investigação para uma análise das diferentes camadas de opressão sofridas pelas mulheres guineenses, a partir da leitura da obra *Memórias SOMânticas* (2016), do escritor guineense Abdulai Sila. Ao observar as dinâmicas que circulam na sociedade guineense contemporânea, verificamos que as situações de violência contra a mulher seguem um duplo direcionamento, seja pelas articulações coloniais e os atravessamentos ocidentais, seja pelas tradições culturais e as suas regras internas. Desse modo, percebe-se a necessidade de uma abordagem que reconheça esses elementos, explorando suas direções, experiências e pontos de vista, que apresentam um conhecimento mais detalhado da situação política de um determinado momento histórico, como também trata de questões mais particulares e subjetivas. Com esse intuito, retomaremos o discurso memorialístico da narradora, que percorrendo determinados caminhos afetivos, incorpora novos contributos e interrogações às narrativas contadas pela dita História oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Abdulai Sila. Guiné-Bissau. Violência. Questões de Gênero. Dispositivo.

ABSTRACT

Bearing in mind that historical, political, and social issues have occupied the pages of contemporary Guinean literary production, in this article, we direct our attention towards an analysis of the different layers of oppression suffered by Guinean women, based on the reading of the book *Memórias SOMânticas* (2016), by the Guinean writer Abdulai Sila. By observing the dynamics that circulate in contemporary Guinean society, we find that situations of violence against women follow two directions, it happens either due to colonial articulations and western crossings, or by cultural traditions and their internal rules. As such, there is the need for an approach that, first, recognizes elements that present a more detailed knowledge of the political situation of a given historical moment, exploring their directions experiences and points of view, and, second, deals with more particular and subjective issues. With this in mind, we will look at the narrator's memorial discourse, which, by following certain affective paths, incorporates new contributions and questions to the narratives told by the so-called Official History.

KEYWORDS: Abdulai Sila. Guinea Bissau. Violence. Gender Issues. Device.

V

Minha indignação, Mãe África
é o florescer da Esperança,
essas que imortalizam os padrões sagrados dos
[teus heróis e mártires
é a minha juventude encarnada nos ideais
[de Amílcar

(PROENÇA, 1993, p. 49)

Os versos que abrem este texto fazem parte do poema “África”, de Helder Proença, presente na antologia *Mantinhas para quem luta!*² (1977). Nele, de modo geral, em um tom de “desabafo”, o sujeito poético se dirige ao continente africano como mãe, de modo a expor a sua indignação diante das atrocidades cometidas pelo império português. Aqui, a minha análise se concentra especificamente na atribuição da figura materna a África, isso porque me salta aos olhos o fato de que, na ocasião da luta pela libertação nacional, muitos eram os poetas e ficcionistas que utilizavam a imagem da mãe/mulher como metonímia do próprio continente —uma estratégia de manifestação contra hegemônica que se tornou um grito de afirmação da identidade e da cultura africana.

É verdade que tal ressignificação foi responsável pela mudança e deslocamento do discurso sobre o continente africano, antes pautado na inferioridade histórica. Diante disso, em termos literários, é pertinente lembrar

a observação feita por Nazareth Fonseca, de que “em textos [das modernas literaturas africanas de língua portuguesa], a figuração da terra, território, ao se relacionar com imagens ligadas à mãe, ao milagre da gestação e do nascimento, recompõe a paisagem interior da identidade nacional e a pátria recupera as feições da grande mãe” (FONSECA, 1997, p. 226). Todavia, é considerável que, apesar do emblema ter sido propício na época, como expressão da fecundidade e da fidelidade às origens, o referido simbolismo e as representações femininas foram reduzidos apenas à imagem da progenitora da raça negra, à mãe dos filhos oprimidos.

Se, por um lado, a ideia da Mãe se caracteriza como a nação imaginada e idealizada, por outro, dá origem ao que podemos chamar de estereótipo, considerado por Bhabha como “uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser repetido” (BHABHA, 1998, p. 117). Ou seja, em outras palavras: os estereótipos são categorizações gerais atribuídas a algo ou alguém sem um conhecimento real; e, por conseguinte, são facilmente internalizados como verdades, regulando as práticas sociais e criando preconceitos que contribuem para a repetição de uma única história sobre povos, pessoas e lugares, conforme declara Adichie (2009).

Focalizando nos anos 1990, quando se acentua, na Guiné-Bissau, os processos históricos sociais avessos às utopias revolucionárias, intelectuais e organizações, atentos ao não cumprimento de justiça e igualdades sociais, passam a questionar os modelos, comportamentos e práticas políticas em que ainda se mantinham padrões advindos do colonialismo. Os desdobramentos destas mobilizações ocorreram em vários campos de conhecimento, incluindo a literatura, que serviu e ainda serve como lugar de enunciação e denúncia. Dessa forma, em busca de novas formas de representação, poetas e ficcionistas incorporam às suas produções um olhar clínico sobre realidades ocultas, fazendo subir ao palco outras perspectivas e sujeitos históricos, até então apagados pela historiografia dos poderosos.

De acordo com Hall, “somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável” (HALL, 2016, p. 41). Sabe-se que os significados possuem efeitos reais e regulam as práticas sociais, nesse sentido, sendo a representação motivada pela investigação sobre a forma como se constrói o significado, as produções literárias começam a pensar estratégias que rompem com a herança colonial e com a própria tradição cultural, de modo que a fixidez do estereótipo deixe de ser aceita e o passado seja desnaturalizado. Tomamos como hipótese dessa dinâmica o romance *Memórias SOMânticas* (2016), de Abdulai Sila, que considerando os problemas configuradores da atual situação da mulher na Guiné-Bissau, sinaliza para uma revisão de determinados processos históricos a partir da concepção de gênero, rompendo com o caráter materno e universalizante atribuído às mulheres.

Indo na contramão da imagem da mulher africana como mãe e dialogando diretamente com as vivências femininas no contexto pós-colonial, de maneira abrangente, o livro sob análise narra, em primeira pessoa, a vida de uma guineense, da infância à velhice. Marcado por tragédias e violências, seu trajeto é um reflexo da disparidade social ocasionada pela questão de gênero, porque, fazendo referência às mulheres que atuaram no processo estratégico da luta pela independência, nós, leitores, somos convidados a repensar o presente à luz de um testemunho feminino, anteriormente silenciado pela História. Por esse ângulo, nota-se o interesse do autor em destacar que, mesmo com a independência do país, a estrutura social ainda se encontra apoiada nas tradições e segue por um sentido oposto ao projeto de Amílcar Cabral.

Não é demais lembrar que ser mulher na Guiné-Bissau ainda é estar submetida a inúmeras formas de violência. Manuela Borges defende que:

[E]sta marginalização [que valoriza relativamente mais os homens que as mulheres, restringidas à vida doméstica e privada] não é produto de uma qualquer vaga e imprecisa “tradição africana”, mas que resulta de fatores histórico-culturais, tais como a interação entre as práticas patriarcais europeias e as africanas, que se reforçaram mutuamente, tendo resultado no enfraquecimento do estatuto e autonomia social feminina [...]. (BORGES, 2007, p. 73)

Numa interpretação equivocada, acredita-se que a marginalização da mulher guineense é produto apenas de uma possível herança colonial, mas a verdade é que há muito da cultura tradicional em questão. Apesar de estudos demonstrarem que em determinados grupos étnicos da Guiné-Bissau a mulher é figura central na organização social, “vista com maior realidade, libertada da visão equivocada de mera reprodutora” (BÂ, 2003, p. 11), determinadas regras sociais ainda cabem apenas aos homens. Esses pontos deixam claro, portanto, que sob o véu da imagem da mulher como metonímia do continente africano, se escondem inúmeras formas de violência. Acerca dessa questão, atentemos para uma passagem do livro, presente ainda nas primeiras páginas:

[...]Eu tive três mães, embora hoje só consiga recordar-me de duas: a que diz ter-me recomendado à vida e a que ambicionou revelar-me o mundo (...). Empenhadas em fazer-me diferente, tentaram moldar-me seguindo modelos próprios, díspares e de certa forma antagônicos, mas no fim todas se renderam com uma justificativa trivial. Nisso, só nisso e em muito poucas outras iniciativas, foram unânimes. Essa minha outra mãe, a que quis divulgar-me o mundo, insistia em endossar-me a crença na existência de uma ordem natural, preestabelecida. A essa ordem devia-se respeito absoluto. (SILA, 2016, p. 13)

Aqui, algo que me chama a atenção é a presença de uma “ordem natural”, que questiona não somente determinados pressupostos ideológicos, como também o modelo educacional androcêntrico, em que a mulher é co-

locada em um patamar de submissão em relação ao homem. Questionando a obrigatoriedade de seguir tal crença preestabelecida, fica claro o desejo da narradora em modificar a ordem determinada que é seguida por uma de suas mães. Esse ponto demonstra a presença de muitas barreiras que ainda impedem as mulheres de conquistar o seu espaço, sobretudo em função das restrições culturais, amplamente difundidas e respeitadas na Guiné-Bissau.

De acordo com Pureza (2013), a condição periférica não é apenas uma condição material, socioeconômica, é também um estatuto de subalternidade ou mesmo de invisibilidade. E é a partir deste lugar periférico a narradora-protagonista é construída ficcionalmente. A respeito dela, é preciso notar um aspecto importante: parte considerável do que narra sobre a sua infância demonstra uma recusa a qualquer tipo de norma social preestabelecida, a julgar pelos constantes questionamentos sobre a validade da tal “ordem natural das coisas”. É o que fica claro no seguinte trecho: “É verdade que ao longo da minha vida continuei a questionar muita coisa que se poderia considerar como emanada dessa ordem natural e não me arrependo (...) Poucos toleram, ninguém entende. Preconceituosos condenam sem julgar. Por isso declaro: eu não sou louca” (SILA, 2016, p. 14). Esse aspecto aponta para uma violência simbólica sofrida pela personagem, que, por contrariar determinadas imposições capazes de restringi-la socialmente, recebe o atributo de louca, de modo que é posto em julgamento a sua capacidade mental e psíquica.

Tendo como referência o exemplo anteriormente analisado, chegamos ao entendimento de que o fator que torna possível novas concepções literárias sobre a mulher é a narração transcórrer em primeira pessoa, por meio de uma voz feminina, que, ao invés de se fundamentar com o fetiche da representação idealizada e tradicional da grande mãe africana, escolhe promover uma reinvenção na maneira de narrar e perceber o feminino, esgarçando os sentidos e mantendo vivos os diálogos sobre as reais condições sociais das mulheres. À vista disso, trabalhando de forma consciente com esse esquema, Abdulai Sila rompe criticamente com os modelos narrativos anteriores, cortando qualquer esforço de interpretação pelo viés da alegoria social totalizante que é a representação da “Mãe” África.

Assim, considerando a produção do referido escritor, olharemos para a sua narrativa pensando na ideia de voz *ex-cêntrica*, conforme propôs Linda Hutcheon (1988). De acordo com ela, “[s]er ex-cêntrico, ficar na fronteira ou na margem, ficar dentro e, apesar disso, fora é ter uma perspectiva diferente” (HUTCHEON, 1991, p. 96), isto é, fora do centro em que o discurso histórico, político e cultural foi construído. É, portanto, um confronto direto entre o passado lembrado pela historiografia e o olhar daqueles que foram – e continuam sendo – excluídos e oprimidos, que é o caso das mulheres. Atentemos para o seguinte trecho:

Esta é a história de uma vida. Uma vida que quis ser vivida.
Com paixão e dignidade.

Pretendo narrá-la, porque a existência só se torna memorável se for narrada. A narração, quando oportuna, restaura a crença, abrevia qualquer recordação dolorosa e enobrece a vida. Atribui-lhe cor e reverência (SILA, 2016, p. 10).

É possível vislumbrar, na fala da protagonista, a aspiração em narrar a história de sua própria vida. Esse fato curioso não passa despercebido, e podemos dizer que nos interessa, dentro dessa chave de análise, a ideia de que a vida só se torna memorável se for narrada. Tal afirmação, que parece excessivamente evidente, denota que sem a narração não há memória nem existência, ou seja, um indivíduo privado de narrar é, marcadamente, destituído de importância. É o que acontece, a título de exemplo, com as mulheres, por vezes silenciadas ao longo da história.

É sabido que a “História oficial” possui um caráter narrativo que se assenta sobre a ideia de legitimidade, privilegiando as relações de poder e o interesse de determinados grupos; todavia, é importante lembrar que a estruturação do próprio relato histórico não escapa ao interesse do historiador que o interpreta. Diante disso, entendemos que a História deve ser recepcionada como uma verdade parcial, dado que é privilegiado um ângulo específico na sua construção. Tal condição possibilita, nesse sentido, uma única conclusão definitiva sobre a narração de um acontecimento. Contudo, a literatura, enquanto problematizadora do discurso histórico, nos auxilia a preencher vácuos. Dessa forma, ao retirar a aura de “verdade absoluta” do aparato histórico, desfrutamos da possibilidade de reorganização de um novo conhecimento e, por essa razão, permitimos que os fatos históricos concebidos como “verdadeiros” tenham sua conclusão e teleologia anuladas. E é isso que faz a narradora de *Memórias SOMânticas* (2016).

Em *Notas de literatura* (1958), Adorno declara que “contar algo significa ter algo especial a dizer, e justamente isso é impedido pelo mundo administrado pela estandardização e pela mesmice” (ADORNO, 2012, p. 56). No romance aqui analisado, verificamos que a posição subalterna da narradora é utilizada como forma de superação das “mesmices”, viabilizando a multiplicidade de subjetividades e experiências femininas. Sobre isso, em um primeiro momento, um fator que nos chama a atenção é o anonimato da narradora. Se, por um lado, a não revelação do seu nome demonstra uma alusão ao modo de criação baseado em um processo de generalização; por outro, simultaneamente, tal ausência ganha força porque subentende-se que as experiências da narradora não se tratam de casos isolados no período da luta armada, mas diz respeito a um comportamento que foi — e ainda é — apresentado por diferentes figuras femininas; indicando, nesse sentido, uma estratégia de inversão que promove uma crítica ao próprio modelo de criação.

Os indícios para tal afirmação são os próprios problemas que configuram a situação atual da mulher na Guiné-Bissau. Conforme salienta

Godinho Gomes (2015), passados quase cinquenta anos da independência do país, em termos sociais, para as mulheres, houve uma involução. Dados estatísticos demonstram que ainda são baixos os níveis de educação e de representação na administração pública, em contraponto, as mulheres guineenses são cada vez mais vítimas de casamentos e gravidezes precoces. Como bem afirmado pela narradora em: “O meu desejo era uma coisa, o que a sociedade me revelava, às vezes em situações aparentemente banais, era quase sempre o oposto” (SILA, 2016, p. 31). Importa dizer que, neste trecho, a fala da personagem aparece com uma espécie de contradispositivo.

Giorgio Agamben sugere, de maneira geral, que os dispositivos são condicionamentos. O termo “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser” (AGAMBEN, 2010, p. 39). Com base nessa conceituação, consideramos que a narradora de Sila opera como um contradispositivo, pois permite ao leitor uma saída estética para interrogar questões de gênero na sociedade guineense pós-independência, atravessando os limites impostos pela historiografia por meio de micro-narrativas que vêm arranhar a História, apresentando um relato contrário ou complementar a essa. No romance, todas as cenas são simbólicas e nada é gratuito, se o que a História oficial conta são as estórias dos vencedores, a literatura não cria esses aprisionamentos e nela nos deparamos com outra representação da realidade. Vejamos:

Detestava a submissão. Cresci tendo que submeter-me a tudo e a todos. E durante todo esse período, guardado como um segredo do fanado, comigo cresceu o desejo de um dia poder fazer o que me apetecesse. Imaginava o prazer que era ser eu, e só eu, a decidir o que fazer, quando quisesse, como quisesse. Por isso quis ser adulta depressa. (SILA, 2016, p. 28-29)

Na fala da narradora, ao contar os seus desejos, subjazem o espanto e a dor da impotência de toda uma geração de mulheres que, sustentada pela ideologia do período salazarista e também por práticas da cultura tradicional, se veem reféns de um sistema que as impede de ser livre. Dessa forma, podemos dizer que a nostalgia que se percebe nas atitudes da protagonista e que depreende de seu discurso, nos expõe experiências íntimas e subjetivas que aderem novos olhares a um período histórico no qual não se emergia a voz feminina, preservando, assim, uma memória afetiva que se pretendeu esquecer, de modo a estabelecer uma revisão histórica. Trazer à tona essas lembranças carregadas de afetos, seria, portanto, uma possibilidade de impedir que tais afecções se repitam e, ao mesmo tempo, contribuir para uma análise crítica do que passou.

Nessa esteira de pensamento, buscando tornar clara a direção do nosso olhar, citamos um trecho presente no segundo capítulo:

“Ela é assim, já vos tinha dito”, voltou a falar o meu padrasto. A sua voz mete-me medo, muito medo. Quando vejo assim firme à minha frente, aquele corpo alto e musculado, aquelas mãos calosas que parecem ter cola quando seguram alguém,

dá-me vontade de fugir. Detesto o meu padrasto e acho que ele me detesta ainda mais. Diria até que me odeia. Notei isso há muito tempo, desde aquele dia em que me batera a mim e depois à minha mãe sem razão nenhuma. (SILA, 2016, p. 19)

Novamente, a narradora traz à cena uma experiência de violência física sofrida por ela e pela mãe. Aqui, entretanto, é, pois, no âmbito da linguagem afetiva, como condição de articulação, que se situa a nossa análise. Termos como “medo”, “vontade de fugir”, “detesto” e “odeio”, põem em destaque o arrebatamento causado por sentimentos fortes de aflição e sofrimento, que dão origem a lembranças com uma intensa percepção sensorial. Por isso, o que chama a atenção da personagem é, por exemplo, “a voz” e “o corpo alto e musculoso” do padrasto, que causam nela uma espécie de trauma. Para Pierre Ansart, “os vínculos afetivos participam da história: não se pode concluir a análise de uma situação política sem considerar os sentimentos e as paixões em que se apoiam, permanentemente, as relações, os conflitos, os compromissos políticos” (ANSART, 2019, p.15). Dessa forma, surge uma narrativa muito particular e, ao mesmo tempo, coletiva, porque o “eu” evocado pela personagem-narradora não é auto direcionado, mas dimensiona uma função sociopolítica, que se projeta em um texto literário com profundas reflexões existenciais.

Dando seguimento à nossa análise, citamos outro trecho do romance:

Mas será que uma mulher tem que pertencer sempre a um homem? E se aquilo que ia vendo aqui e ali, de uma forma flagrante ou dissimulada, fosse a resposta? Não podia haver uma forma mais harmoniosa de relacionamento, um outro tipo de convivência que não o baseado na dominação? A noite e o dia coabitam pacificamente, dando quotidianamente lições de complementaridade. Por que não se valoriza esse ensinamento? Por que tanto culto de autoridade se é na harmonia que está o verdadeiro sentido da vida? Do medo ia surgindo e ganhando consistência um sentimento de pânico. (SILA, 2016, p. 33)

Em *Literatura e sociedade* (1965), Antonio Candido chama atenção para o processo interpretativo de um texto, salientando que, “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2006b, p. 14). Também, o pesquisador adenda que, “[o] elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros” CANDIDO, 2006b, p. 17). Segundo esta ordem de ideias, está visto que Candido defende o social como elemento dialogicamente integrado aos fatores de ordem interna. Tal alegação pressupõe que seria interessante pensar a obra em um nível de análise com o qual se estabeleça um ponto de interseção entre os aspectos sociais e outros de caráter mais pessoal/subjetivo, para, assim, alcançarmos uma crítica que se queira mais abrangente.

Considerando o contexto político do país no momento em que a obra foi publicada, possivelmente encontramos respostas para a condição apresentada pela narradora, isso porque, no trecho selecionado, ela questiona as relações abusivas baseadas na dominação, bem como o despertar da crise política, em que se começou a viver um período de instabilidade devido à queda do primeiro governo constitucional. Quando a narradora questiona uma forma mais harmoniosa de relacionamento, na verdade, ela não aborda apenas a relação conjugal; implicitamente, está a se pensar o relacionamento com os concidadãos, que, com o decorrer da independência, tiveram os seus laços enfraquecidos.

Diante do que foi apresentado até este ponto, chegamos à conclusão de que uma análise da narradora de *Memórias SOMânticas* (2016), é um aspecto que alerta para a urgência de se lançar novos olhares sobre as experiências femininas no contexto pós-colonial, porque, quando reinventadas artisticamente, além de possibilitarem uma análise crítica a momentos que são caros para a história da Guiné-Bissau, ajudam a repensar episódios de guerra sob um enfoque mais profundo, que nos leva a acompanhá-los a partir de desdobramentos que ultrapassam o nível social, destacando experiências de sofrimento que encontram eco nas relações afetivas motivadas por acontecimentos diversos. Logo, não se pode duvidar da emergência que o tema da questão feminina tem adquirido na ficção guineense contemporânea. Presumimos que a escrita literária se projeta como uma realidade em si, transfigurada esteticamente, que fricciona os limites do tempo e da história, atuando no processo de questionamento do mundo. Nesse sentido, num país em que o poder se especializou na distorção do discurso e na desumanização dos corpos femininos, escrever é também uma forma de confrontar diferentes entendimentos sobre a realidade, além de estimular um revisionismo histórico.

Os discursos proferidos por Amílcar Cabral, por exemplo, já apontavam para a revisão de determinados processos históricos a partir da concepção de gênero. O notável mentor das revoluções africanas já julgava necessário o processo de formação educacional das mulheres para a construção do Estado Nacional, uma vez que o partido era também das mulheres. Contudo, desde a emancipação política, o que se vê é um trajeto no sentido oposto às suas propostas. Nesse sentido, agora, faremos uma análise detida à contribuição feminina na guerra de libertação, considerando que, para Cabral, após a guerra, as mulheres receberiam formação para atuar como enfermeiras e professoras. Fixaremos no capítulo V do livro, em que a personagem-narradora precisa imigrar para a vizinha Guiné-Conacri, com a finalidade de trabalhar na sede do PAIGC, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Chegando ao seu destino, a moça aloja-se no quarto de uma casa, posto à disposição do partido por um conterrâneo, que para lá tinha imigrado alguns anos antes do início da luta de libertação. Acontece que, nesta casa, a narradora-protagonista, cujo nome não é declarado, revela que foi necessário dividir o quarto e a mesma cama com mais duas moças, também não identificadas, mas que assim como a primeira, exerciam funções específicas no *buró* do partido, isto é, na sede do PAIGC.

Nas primeiras páginas do capítulo a narradora declara que: “[é] ramos carinhosamente tratadas como hóspedes, gente que tinha deixado a sua terra e estava temporariamente numa outra a lutar por uma causa africana, combatentes da liberdade que despendiam muito sacrifício sem nenhuma compensação financeira” (SILA, 2016, p. 43). Destaca-se, assim, a referência exclusivamente direcionada às mulheres, que também atuavam no processo estratégico da luta armada ao lado de homens combatentes, diluindo, portanto, a natureza reducionista dos testemunhos de guerra. Além disso, neste trecho, é possível verificar um deslocamento físico que, no decorrer da narrativa, fará crescer um deslocamento subjetivo, revelador de paisagens e subjetividades que acompanham a narradora, compondo o espaço geográfico no qual ela está inserida. Dessa forma, voltamos ao século XX, por volta da década de 1960, tempo em que a Guiné-Bissau lutava pela sua independência, por meio da trajetória percorrida pela narradora, uma mulher que decide lutar pela causa.

Nesse sentido, pode-se dizer então, que a produção literária guineense, contemporaneamente, acompanha o fluxo da memória, colocando em questão estratégias de representação que aludem ao cenário político e social do país, como é o caso da obra aqui analisada. Dessa forma, na medida em que Sila revisita literariamente essas memórias femininas, consegue “[trazer] não só fatos objetivos, mas também emoções, o que leva à compreensão de que não há uma versão única da história” (SECCO, 2015, p. 46). Há, nesse exercício, portanto, uma tentativa de reavaliação, seja das próprias tradições ou da influência europeia sobre determinados valores e discursos, isso porque anexadas a essas memórias, costumes são confrontados e a “aura absoluta” do discurso histórico é posta em pauta.

Tendo ainda como referência a breve consideração atrás citada sobre a obra, alguns elementos nos chama a atenção, e com os quais pretendemos trabalhar: a imagem do quarto e a presença das mulheres sempre juntas, apesar dos desentendimentos experienciados ao longo da narrativa. Percebemos nessa construção dois sentidos a serem problematizados: 1º - a construção de um microcosmo, isto é, a representação do quarto como um lugar pequeno, em que essas mulheres se encontram presas, esquecidas, vistas como secundárias e sempre associadas a um modelo de poder presente na sociedade guineense contemporânea; 2º - a necessidade de uma união feminina, que pode aludir à UDEMU (União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde), criada por um grupo de mulheres do PAIGC, em 1961, ainda antes do início da luta armada.

Dando seguimento à nossa análise, passamos a citar um trecho do romance:

A última vez que o meu homem passou por Conacri desentendemo-nos. Tive uma discussão e ninguém quis ceder. Foi feio e triste. Ele voltou para a frente de combate sem se despedir de mim. Isso doeu-me. Agora estava a preocupar-me. Não conseguia entender como é que nós, que sempre partilhámos

o mesmo ponto de vista sobre os assuntos mais importante da nossa vida, que sempre criámos consensos em torno das opções mais elementares, chegámos àquele ponto nesse dia. Da mesma forma que não entendia a decisão de deixar passar tanto tempo sem voltar a Conacri. Dantes eram sempre três, quatro meses no máximo, e ele aparecia. Havia sempre um pretexto para justificar a sua vinda: ou porque tinha uma reunião com a direção do Partido, ou porque tinha escoltado de volta jornalistas ou amigos estrangeiros que visitaram as zonas libertadas, ou porque vinha receber armamento novo, ou qualquer outra coisa. (...) Porque seria agora? Haveria uma outra explicação que não a briga que tivemos? (SILA, 2016, p. 44)

De maneira geral, todo o texto é construído em primeira pessoa, aderindo um viés subjetivo ao que está sendo narrado, lançando o olhar do leitor para o que se pode denominar de memória individual. De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos, que cita Diana Taylor, “[a] memória é transmitida porque ela não se vincula apenas à razão; está presente em gestos, em sentimentos, no movimento, na dança e na música” (SANTOS, 2020, p. 112). A alegação da pesquisadora brasileira mostra que o campo da sensibilidade também atua no processo da rememoração. Isso fica evidente, quando, no trecho acima, a narradora apresenta um olhar sobre a guerra aderindo o seu sentimento de dor e preocupação com o não retorno de “seu homem”, que atuava na linha de frente do conflito. A partir dessa perspectiva, assistimos a guerra sob outro olhar, que não necessariamente é o das tropas militares de combate. Nessa lógica, aqui, outro ponto merece atenção, que é a experiência da guerra por aqueles que não estão diretamente em seu “palco”, mas que de alguma maneira oferecem apoio logístico. Sila, ao construir personagens femininas que, no desempenho de suas funções na sede do Partido, contribuem para luta armada, chama a atenção para uma frente de batalha exercida por uma parte da população civil que oferece apoio ativo aos militares, como em uma espécie de *homefront*³. Dessa forma, são concentrados aspectos de problematização sob um ponto de vista feminino, que reproduz literariamente diferentes estratégias de articulação. E é nesse âmbito reflexivo que é posta em análise a áurea absoluta do discurso historiográfico, que durante muito tempo desconsiderou, oprimiu e marginalizou o discurso produzido por mulheres. Neste caso, o trabalho da memória, portanto, opera não apenas no sentido de fazer falar as mulheres que lutaram durante o processo de independência do país, mas também no de perceber como essas “outras histórias”, de sobrevivência, de criação e de resistência, contadas por grupos que são estigmatizados, contribuem não apenas em uma reflexão sobre a história, mas para o resgate de experiências que ficaram relegadas ao esquecimento. Atentemos para outra passagem:

Antes de chegar ao Buró já tinha tomado a primeira decisão: reatar as relações com as minhas companheiras de quarto. Eu precisava delas, de alguém com quem ao menos pudesse falar daquelas coisas da vida de mulher, ou então das notícias

que vinham das frentes, desse grande sonho de nós também termos brevemente a nossa independência, a nossa Liberdade, o nosso Governo, a nossa Rádio e Televisão Nacional, o nosso Syli Nacional, o nosso Ballet Nacional. Tudo nosso! Era a nossa nação africana forjada na luta que estava a revelar-se em pleno, dia após dia. (SILA, 2016, p. 47)

Em um tom aparentemente despretensioso, que se aproxima ao de um relato, com o romance, o leitor é levado a conhecer uma das interpretações do processo de independência da Guiné-Bissau, sob a perspectiva de uma integrante ativa da luta armada, cuja versão expõe o processo de reconquista da sua terra de pertencimento. Aqui, é intensificada a necessidade da personagem de reatar a sua relação com as suas companheiras de quarto. Neste caso, cogito uma possível alusão à UDEMU — União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde —, extinta em 1966, que dentre os possíveis motivos está a visão machista da sociedade da época que não compreendiam a inserção das mulheres nos espaços políticos. De acordo com Godinho Gomes, “[a] organização tinha como principal tarefa a mobilização das mulheres e o seu enquadramento político no processo [como também] proporcionar a abertura de um debate interno sobre as desigualdades de género existentes” (GODINHO GOMES, 2015, p. 30). Assim, tendo em vista o discurso memorialístico da narradora, constatamos que a partir de um ponto de vista feminino, o texto vai sendo construído entre as esferas subjetiva e histórica, privada e pública, criando um ponto de intersecção entre experiências íntimas e sociais, fortemente representativas de uma literatura afinada com um compromisso político, de carácter testemunhal e de resistência; e que em muitos casos não reconhece a ação feminina.

É exatamente nesse sentido, isto é, o da inserção de três mulheres na luta pela independência, que a narrativa se desencadeia, explorando o modo como elas moldam os seus percursos migratórios e a forma como as suas condições de vida e trabalho são construídas dentro desse contexto. Num país em que as mulheres insurgiram ao lado dos homens desde os tempos da resistência colonial e também durante a luta pela independência, parece servir a literatura como forma para questionar essa inversão de valor implantada na sociedade guineense. O livro de Sila, portanto, ao fazer esse trajeto de reflexão sobre a mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo, torna possível uma imersão em memórias ainda silenciadas na sociedade de forma geral. Dessa forma, fazendo brotar do texto as memórias desses testemunhos, é retirado do desconhecimento nomes como o de Maria da Luz “Lilica” Boal, diretora da Escola Piloto organizada pelo PAIGC, instituição que recebia os órgãos de guerra e os filhos dos combatentes, com o objetivo de dar uma formação já voltada para a criação do tal “homem novo”, de que falava Amílcar Cabral; de Ernestina “Titina” Silá, combatente morta após assistir ao funeral de Amílcar Cabral; de Teodora Inácia Gomes, ex-combatente pela independência, deputada do PAIGC e lutadora pelo direito das mulheres; de Amélia Araújo, Carmen Pereira, Quinta da Costa, Satu Camará e Francisca Alves, entre outras.

Como verificamos, a obra busca, no passado, respostas para o que hoje é um problema social, político e também cultura: a questão de gênero na Guiné-Bissau. Por isso, acreditamos que o trabalho de Sila promove um jogo que delinea um universo bastante peculiar em que através de abordagens e experiências subjetivas é confrontada a historiografia e recuperado o discurso da memória, evidenciando questões existenciais diretamente ligadas à tradição, violência doméstica, à mulher e o acesso à escola, o desejo de emancipação feminina e, sobretudo, a guerra. Assim, trabalhando literariamente a luta armada, Abdulai nos transporta a um território permeado por questões que expressam a fragilidade humana e as suas subjetividades em meio ao terror. A guerra, nesse sentido, não se refere apenas ao confronto propriamente dito, trata-se de batalhas externas e internas que as mulheres guineenses ainda enfrentam, mesmo correspondendo a 52% da população do país. Seguramente, outros tópicos sobre a questão feminina renderiam reflexões produtivas, entretanto, é necessário findar, ainda que temporariamente, a nossa investigação, entendendo que, mesmo sofrendo com as restrições culturais econômicas do país, é de particular interesse notar que as mulheres foram (e ainda são) capazes de se organizar, confrontando as estruturas de poder e contribuindo para o desmonte das polaridades criadas pela discursividade colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: 34, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2010.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007, 95-111.

BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. Tradução de Xina Smith de Vasconcellos. São Paulo: Palas Athenas: Casa das Áfricas, 2003.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Manuela. Educação e gênero: assimetrias e discriminação na escolarização feminina em Bissau. In: MATA, Inocência & PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Unidade Nacional. Lisboa, Vol. I, Seabra Nova, 1978.

- CANDIDO, Antonio. *Estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2006a.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.
- FONSECA, Maria Nazareth. “O corpo feminino da nação”. In: *Scripta*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 225-236, 2 sem. 1997.
- GODINHO GOMES, Patrícia. “A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes”. In: *Africa Development*, v. XLI, n. 3, p. 71-95, 2016a.
- GODINHO GOMES, Patrícia. ““As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau”. In: *ODEERE*, 1(1), 2016b, 121-145.
- GODINHO GOMES, Patrícia. “Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas (1961-1982)”. In: GODINHO GOMES, Patrícia, DIOGO, Rosália, DINIZ, Débora, SANTOS, Maria Helena (Orgs.). *O que é o feminismo?* Lisboa-Maputo: Editora Escolar, 2015.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Org. e revisão técnica de Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliviera. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Apicuri, 2016.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Tradução de André Cechinel. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- PROENÇA, Hélder. “África”. In: *Mantilhas para quem luta! A nova poesia da Guiné-Bissau*. 2.ª ed. Bissau: Conselho Nacional de Cultura, 1993.
- PUREZA, José Manuel. “A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais”. In: RIBEIRO, António Sousa (Org.). *Representações da violência*. Coimbra: Almedina, 2013.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 121 | 2020.
- SECCO, C. L. T. R. A memória como “lugar de escrita” em dois romances angolanos contemporâneos. In: *Via Atlântica*, [S. l.], n. 27, p. 45-56, 2015.
- SILA, Abdulai. *Memórias SOMânticas*. Bissau: Ku Si Mon, 2016.

Recebido para avaliação em 20/06/2023

Aprovado para publicação em 25/08/2023

NOTAS

1 Doutorando em Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (UFF) sob a orientação do Prof. Dr. Silvio Renato Jorge. Mestre em Estudos Literários, na subárea de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal Fluminense (2021), com dissertação intitulada “Fragmentos do sensível: o lugar do afeto na poesia de Odete Semedo”.

2 Embora façamos o uso da 2ª edição, a referida antologia foi publicada originalmente em 1977, com textos que antecedem a independência.

3 Nome em inglês para designar a participação do público britânico na Primeira Guerra Mundial, que prestou serviço de apoio aos militares da chamada “frente de casa”.